



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 002/2025 – ENGENHARIA-PMBM

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I. Introdução

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade evidenciar a necessidade, a viabilidade e a adequação da contratação, pelo Município de Bonfinópolis de Minas/MG, de empresa especializada em engenharia para concepção dos projetos executivos e execução da obra de construção da Base Descentralizada do SAMU – Equipe 4 (quatro) pessoas, em empreitada por preço global, sob regime semi-integrado (projeto e construção).

Trata-se de iniciativa voltada à expansão e qualificação da resposta pré-hospitalar móvel no território municipal, com ênfase na redução de tempos de resposta, na segurança da equipe e na integridade assistencial ao usuário do serviço de urgência. Outrossim, a solução proposta ancora-se nos elementos técnicos oficiais do processo, quais sejam:

Planilha orçamentária (com base de preços SEINFRA/MG, desoneração e BDI de 29,48%); planta de áreas (com o quadro geral de ambientes e área total estimada de 158,60 m²); memória de cálculo (quantitativos e premissas construtivas, incluindo lajes, fundações, instalações e sistemas); cronograma físico-financeiro (horizonte de 6 meses); e memorial descritivo (padrões de desempenho e acabamentos, ambientes funcionais e diretrizes para PCI/SPDA e redes).

Nesse diapasão, ressalta-se a distinção técnico-conceitual entre área útil indicada no memorial e a área total/construída consolidada na planta de áreas, a fim de evitar ambiguidade na especificação e na medição contratual.

Ademais, a implantação ocorrerá em Rua Ouro Preto, s/n, Jardim Cinelândia, CEP 38.650-000, nesta cidade, em terreno apto à edificação térrea, estacionamentos e fluxos operacionais de ambulância, contemplando estacionamento e higienização de viatura, higienização de materiais e equipamentos, áreas de apoio à equipe de 4 (quatro) profissionais e os ambientes técnico-assistenciais correlatos.

O escopo observará, como referência programática e de identidade, os parâmetros usuais aplicáveis a bases descentralizadas do serviço, assegurando condições de



salubridade, acessibilidade, segurança contra incêndio e integridade das instalações elétricas e hidrossanitárias.

Assim, a contratação proposta se apresenta tecnicamente suficiente, economicamente justificada e juridicamente adequada para atingir o resultado pretendido, i.e., dotar Bonfinópolis de Minas de uma base SAMU funcional, segura e eficiente, com projeto executivo compatibilizado e obra executada dentro do prazo e do orçamento estimados.

II. Objeto

Contratação de empresa especializada em engenharia para Construção da base descentralizada SAMU – Equipe 04 pessoas, através dos recursos próprios para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Bonfinópolis de Minas, regime semi-integrado (projeto e construção).

III. Descrição da Necessidade

Impõe-se a implantação de infraestrutura física dedicada ao atendimento pré-hospitalar móvel, apta a assegurar abrigo operacional para equipe de 4 profissionais, estacionamento e giro rápido da ambulância, higienização de viatura, higienização de materiais e apoio logístico, de modo a reduzir tempos de resposta e garantir condições sanitárias e de segurança compatíveis com a natureza do serviço.

Outrossim, a inexistência de base local plenamente funcional onera o deslocamento das equipes, dificulta a guarda e a manutenção preventiva dos equipamentos, e fragiliza rotinas essenciais (esterilização, limpeza técnica, condicionamento de insumos e descanso da equipe), criando gargalos que repercutem diretamente na continuidade do atendimento e na disponibilidade da frota.

Ademais, o arranjo espacial proposto, com ambientes de apoio, áreas técnicas, instalações elétricas e hidrossanitárias dimensionadas, SPDA, prevenção e combate a incêndio e rede estruturada é condição necessária para a operação segura do serviço, para a integridade dos profissionais e usuários, e para a preservação do patrimônio público, demandando edificação térrea em local de fácil acesso viário, com fluxos independentes para pessoas e viatura.



Dessa forma, a consolidação da base em Rua Ouro Preto, s/n, Jardim Cinelândia, nesta cidade, atende aos requisitos de localização e funcionalidade, permitindo a acomodação do programa de áreas e dos sistemas prediais correlatos, viabilizando a instalação ordenada dos equipamentos e a execução de rotinas operacionais com o controle de riscos inerentes.

Por conseguinte, a contratação de projeto executivo e obra mostra-se indispensável para transformar as premissas técnico-funcionais já quantificadas em solução construída, capaz de entregar, em prazo estimado de 6(seis) meses, uma base SAMU plenamente operacional, com condições de salubridade, acessibilidade, segurança e desempenho compatíveis com a criticidade do serviço prestado.

IV. Previsão no Plano de Contratações Anual (PCA)

O órgão gerenciador, no momento da elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, não possui Plano de Contratações Anual (PCA) formalmente instituído. Dessa forma, a presente contratação não está vinculada a um planejamento consolidado nesse instrumento.

Não obstante, a demanda ora apresentada decorre de necessidade devidamente caracterizada, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente os da eficiência, planejamento e transparência. O registro no PCA, quando existente, constitui ferramenta de racionalização e aprimoramento do planejamento das contratações públicas, mas sua ausência não inviabiliza a análise e fundamentação técnica da presente contratação, desde que demonstrada a necessidade e atendidos os requisitos legais.

Assim, este ETP busca registrar e justificar a demanda de forma detalhada, garantindo a transparência das informações e assegurando que a futura contratação atenda ao interesse público.

Outrossim, contempla-se no quadro orçamentário o valor estimado de referência de **R\$ 550.220,16(quinientos e cinquenta mil e duzentos e vinte reais e dezesseis centavos)** conforme planilha orçamentária anexo e prazo global de 6 (seis) meses para execução contratual (conforme cronograma físico-financeiro), mantendo-se a aderência às diretrizes de planejamento, orçamento e cronograma de desembolso do ente.



V. Requisitos de Contratação

A contratação apresenta como requisito temporal a execução completa dos serviços contratados no prazo máximo de 06 (seis) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço.

Como regime de execução da futura contratação, esta Unidade Técnica entende que o mais correto é o Regime de Contratação Semi- Integrada, tendo em vista se tratar de uma obra de ampliação, com os levantamentos feitos através do projeto básico, possibilitam uma quantificação absolutamente acurada dos exatos volumes a executar, não havendo imprecisão na quantificação de alguns serviços. Tal escolha corrobora com o determinado pelo Tribunal de Contas da União em vários Acórdãos, como demonstrado abaixo:

1. A contratação semi-integrada é um regime de execução utilizado para obras, serviços e fornecimentos que suprem o valor previsto para os contratos da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Neste regime, o contratado elabora apenas o projeto executivo, enquanto a administração faz o projeto básico. Dessa forma, pode-se prever um aumento na qualidade dos serviços, redução nos prazos de execução, além da redução de custos.

A empresa licitante deverá comprovar sua capacidade técnica, financeira e operacional apresentando a documentação abaixo:

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrada na Junta Comercial competente, ou;
- b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;



- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) O objeto social descrito no ato constitutivo deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.
- f) Prova de inscrição no CNPJ;
- g) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- h) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- j) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Federal, Dívida Ativa da União e INSS;
- k) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;
- l) Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante.
- m) Comprovação de Registro junto ao CREA/CAU através da Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, bem como a Certidão de Registro e Quitação do (s) seu (s) responsável (eis) Técnico (s) pertencente ao quadro da empresa com formação em Engenharia Civil;
- n) Comprovação de capacidade técnica-operacional, através da apresentação em 1(um) atestado de responsabilidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA, acompanhado da Certidão de Acervo Operacional – CAO, comprovando que a empresa licitante executou obra com área de no mínimo 50% (cinquenta por cento) ao do objeto desta licitação (158,60m²) e que nesta executou os seguintes itens:
 - 1. Execução de Concreto Estrutural FCK mínimo de 25MPa;
 - 2. Execução de Laje pré-moldada, a revestir com capeamento de concreto e seu respectivo cimbramento;



3. Execução de Alvenaria com tijolo cerâmico furado;
4. Execução de Piso com revestimento em porcelanato ou cerâmica retificada;
5. Execução de gradeamento metálico com utilização de telhas galvanizadas;
6. Execução de Emassamento de paredes e pintura acrílica.

o) A(s) empresa(s) licitante(s) interessada(s) em participar do presente certame licitatório, poderá(ão) enviar profissional, através de apresentação de carta, para comparecer à Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Argemiro Barbosa da Silva, nº 870, Bonfinópolis de Minas/MG, CEP: 38.650-000, para proceder Vistoria Técnica Obrigatória.

1. A Vistoria Técnica prévia tem por finalidade obter, para a utilização e exclusiva responsabilidade da(s) empresa(s) licitante(s), toda(s) a(s) informação(ões) necessária(s) à elaboração da proposta, tais como: as condições locais, quantidade e natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução, formas e condições de suprimentos, meios de acesso ao local, entre outros. Todos os custos associados à vistoria serão de inteira responsabilidade da empresa licitante.

2. Torna-se obrigatória a vistoria visando que a cidade de Bonfinópolis de Minas é uma cidade com pouco mais de 5.000 (cinco mil) habitantes, assim tendo vários aspectos a serem considerados para que não atrapalhe a execução do objeto, sendo: Disponibilidade de mão de obra local; Disponibilidade de alojamento para abrigar mão de obra não local; Disponibilidade de materiais essenciais para a execução; Disponibilidade de equipamentos necessários para execução; A reforma será realizada em um prédio com mais de trinta anos, onde será necessário alterações na estrutura física do mesmo, demandando exatidão nas ações realizadas evitando acidentes; Demais condições que se fizerem necessárias para a perfeita execução da obra. Essa visita possibilita questionamentos imediatos sobre qualquer dúvida que houver, de forma a não onerar a futura execução do objeto em questão.

p) Garantias:



Garantia de Proposta: será exigido do participante, segundo disposto no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, a apresentação de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, com valor de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação;

Garantia de Contrato: será exigida do licitante vencedor, visando boa execução contratual, a apresentação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, em uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, que será liberada de acordo com as condições previstas no edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais;

As modalidades de garantias previstas, são:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural;
 - b) seguro-garantia;
 - c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.
- q) Qualificação Econômico-financeira:
- a) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - b) patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
 - c) apresentação de certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- r) Garantia dos serviços: 5 (cinco) anos a contar da entrega definitiva, consoante disposto nos art. 618 do Código Civil de 2002 e art. 12 e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor. Deverão ser observados os requisitos mínimos de desempenho dos sistemas construtivos determinados na NBR 15.575/2013 - Desempenho de edificações habitacionais, Parte 01 à Parte 06.
- Subcontratação: será permitida a subcontratação de 40% (quarenta por cento) do valor total da contratação, sendo vedada a subcontratação dos itens referentes à administração da obra.



Sede da Empresa: não será obrigatória a presença de sede/filial em Bonfinópolis de Minas - MG, mas deverá ter registro ou visto no CREA/MG.

VI. Requisitos para Elaboração dos Projetos

Os projetos executivos a serem elaborados de acordo com a contratação serão:

- PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA;
- PROJETO EXECUTIVO DE DRENAGEM PLUVIAL;
- PROJETO EXECUTIVO DE ENGRADAMENTO METÁLICO;
- PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA DE CONCRETO;
- PROJETO EXECUTIVO DE INFRAESTRUTURA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO/CFTV/ALARME/SEGURANÇA/SONORIZAÇÃO;
- PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS;
- PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES HIDRO SANITÁRIAS;
- PROJETO EXECUTIVO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO.

São alguns dos requisitos e diretrizes para elaboração dos Projetos Executivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo:

- a) Avaliar as áreas de influência do projeto, as características da topografia do terreno e as redes de infraestrutura existentes no entorno;
- b) Especificar métodos construtivos, sistemas estruturais, utilização de materiais e instalações adequados às condições do local da ampliação;
- c) Gerir os efluentes sanitários e resíduos sólidos de acordo com as leis, normativas, regulamentos, posturas e demais documentos técnicos aplicáveis;
- d) Estabelecer soluções técnicas e de materiais que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação da obra, soluções construtivas racionais que ofereçam facilidades de operação e manutenção dos diversos componentes e sistemas da edificação, não só na sua produção, mas também ao longo da sua vida útil;



- e) Compatibilizar todas as disciplinas de projetos entre si, inclusive com a planilha orçamentária elaborada pela prefeitura municipal de Bonfinópolis de Minas-MG;
- f) Encaminhar, para aprovação, os projetos e estudos elaborados, e realizar possíveis correções solicitadas. O pagamento da etapa de projetos e estudos estará condicionada a aprovação da PMBM após realização de análise técnica por sua equipe técnica;
- g) Emitir os documentos de responsabilidade técnica devidos da elaboração dos projetos e estudos e apresentá-las a PMBM;
- h) Deverá ser previsto nos projetos o uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível, deverá fazer uso de energia renovável.

Os projetos devem obedecer detalhadamente as NBR's vigentes da ABNT e outras que forem necessárias para a elaboração de cada Projeto Executivo. Os mesmos deverão ser entregues a PMBM em formato PDF, DWG e uma via impressa de cada prancha.

De acordo com o cronograma físico-financeiro, os projetos deverão ser entregues dentro do primeiro mês após a data da ordem de serviço.

VII. Sustentabilidade

A contratação deverá incorporar práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica desde o planejamento da obra até a operação da edificação, assegurando redução de impactos, eficiência no uso de recursos e durabilidade dos sistemas.

A solução arquitetônica térrea com ventilação e iluminação naturais previstas no memorial favorece menor consumo de energia em usos diurnos, devendo ser potencializada por aberturas bem dimensionadas, sombreamento adequado e escolha de cores e refletâncias que reduzam a carga térmica interna.

Mais a mais, a infraestrutura elétrica terá circuitos organizados por uso, facilitando a gestão do consumo e a manutenção preventiva, com quadro de cargas identificável e possibilidade de medição setorizada.



VIII. Subcontratação

Não será permitido ceder o Contrato ou subcontratar os serviços constantes de seu objeto, total ou parcialmente. Abaixo seguem as justificativas para tal vedação da subcontratação:

Mediante a capacidade técnica apresentada para a execução, desnecessário se faz a subcontratação.

A contratada deve ter a capacidade de controlar de forma total a execução, para garantir a qualidade.

A contratada deve ter inteira responsabilidade por garantir a execução, a qualidade e o funcionamento.

A vedação da subcontratação garante maior transparência e facilidade no que tange a gestão, a fiscalização e a supervisão da execução do contrato.

IX. Garantia da Contratação

Apresentar comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, conforme previsto na Lei 14.133/2021:

Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos.

Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 2º Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de



endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

Art. 97. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei:

I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

A garantia contratual deverá ser apresentada anteriormente a assinatura do contrato administrativo.

X. Estimativas de Quantidade

ITEM	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.
1			CANTEIRO DE OBRAS, MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO, PROJETOS OMPLEMENTARES		
1.1	SEINFRA	ED-50392	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE OBRA EM CENTRO URBANO OU REGIÃO LÍMITROFE COM VALOR ATÉ 1.000.000,00	%	0,5%
1.2	SEINFRA	ED-50128	BARRACÃO DE OBRA PARA DEPÓSITO E FERRAMENTARIA TIPO-I, ÁREA INTERNA 14,52M2, EM CHAPA DE COMPENSADO RESINADO, INCLUSIVE MOBILIÁRIO (OBRA DE PEQUENO PORTE, EFETIVO ATÉ 30 HOMENS), PADRÃO DER-MG	un	1,00
1.3	SEINFRA	CO-27422	PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA	PR A1	1,00



1.4	SEINFRA	CO-27433	PROJETO EXECUTIVO DE INFRAESTRUTURA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO/CFTV/ALARME/SEGURANÇA/SONORIZAÇÃO	PR A1	1,00
1.5	SEINFRA	CO-27426	PROJETO EXECUTIVO DE DRENAGEM PLUVIAL	PR A1	1,00
1.6	SEINFRA	CO-27427	PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA DE CONCRETO	PR A1	1,00
1.7	SEINFRA	CO-27428	PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA METÁLICA	PR A1	1,00
1.8	SEINFRA	CO-27431	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	PR A1	1,00
1.9	SEINFRA	CO-27430	PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS	PR A1	1,00
1.10	SEINFRA	CO-27468	PROJETO EXECUTIVO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO	PR A1	1,00
1.11	SEINFRA	CO-27434	PROJETO EXECUTIVO DE SPDA	PR A1	1,00
2			SERVIÇOS PRELIMINARES		
2.1	SEINFRA	ED-50703	LIMPEZA DE TERRENO, INCLUSIVE CAPINA, RASTELAMENTO COM AFASTAMENTO ATÉ VINTE (20) METROS E QUEIMA CONTROLADA	m²	324,00
2.2	SEINFRA	ED-28427	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA #26, ESP. 0,45MM, DIMENSÃO (3X1,5)M, PLOTADA COM ADESIVO VINÍLICO, AFIXADA COM REBITES 4,8X40MM, EM ESTRUTURA METÁLICA DE METALON 20X20MM, ESP. 1,25MM, INCLUSIVE SUPORTE EM EUCALIPTO AUTOCLAVADO PINTADO COM TINTA PVA DUAS (2) DEMÃOS	u	1,00



2.3	SEINFRA	ED-17989	LOCAÇÃO DE OBRA COM GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M, REAPROVEITAMENTO (2X), INCLUSIVE ACOMPANHAMENTO DE EQUIPE TOPOGRÁFICA PARA MARCAÇÃO DE PONTO TOPOGRÁFICO	m	48,30
3			TRABALHOS EM TERRA		
3.1	SEINFRA	ED-51107	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALAS H <= 1,50 M	m³	19,57
3.2	SEINFRA	ED-51093	APILOAMENTO DO FUNDO DE VALAS COM SOQUETE	m²	34,52
3.3	SEINFRA	ED-51120	REATERRO MANUAL DE VALA, INCLUSIVE ESPALHAMENTO E COMPACTAÇÃO MANUAL COM SOQUETE	m³	9,52
4			ESTRUTURAS EM CONCRETO ARMADO		
4.1			FUNDAÇÃO - SAPATAS E PILARES DE ARRANQUE		
4.1.1	SEINFRA	ED-49812	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, INCLUSIVE TRANSPORTE, LANÇAMENTO E ADENSAMENTO	m³	1,73
4.1.2	SEINFRA	ED-49810	FORMA E DESFORMA DE TÁBUA E SARRAFO, REAPROVEITAMENTO (3X) (FUNDAÇÃO)	m²	32,72
4.1.3	SEINFRA	ED-49787	FORNECIMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL, PREPARADO EM OBRA COM BETONEIRA, COM FCK 25 MPA, INCLUSIVE LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO (FUNDAÇÃO)	m³	4,18
4.1.4	SEINFRA	ED-48298	CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE AÇO CA-50/60	kg	430,22
4.2			FUNDAÇÃO - VIGAS BALDRAME		



4.2.1	SEINFRA	ED-49787	FORNECIMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL, PREPARADO EM OBRA COM BETONEIRA, COM FCK 25MPA, INCLUSIVE LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO (FUNDAÇÃO)	m³	4,14
4.2.2	SEINFRA	ED-49810	FORMA E DESFORMA DE TÁBUA E SARRAFO, REAPROVEITAMENTO (3X) (FUNDAÇÃO)	m²	55,20
4.2.3	SEINFRA	ED-48298	CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE AÇO CA-50/60	kg	275,27
4.3			SUPERESTRUTURA - PILARES E VIGAS		
4.3.1	SEINFRA	ED-49644	FORMA E DESFORMA DE COMPENSADO RESINADO, ESP. 10MM, REAPROVEITAMENTO (3X), EXCLUSIVE ESCORAMENTO	m²	107,82
4.3.2	SEINFRA	ED-49619	FORNECIMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL, PREPARADO EM OBRA, COM FCK 25MPA, INCLUSIVE LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	m³	5,57
4.3.3	SEINFRA	ED-48298	CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE AÇO CA-50/60	kg	1.858,85
4.4			LAJES DE TETO		
4.4.1	SEINFRA	ED-50260	LAJE PRÉ-MOLDADA, A REVESTIR, INCLUSIVE CAPEAMENTO E = 4 CM, SC = 300 KG/M2, L = 4,00 M	m²	84,95
4.4.2	SEINFRA	ED-19637	CIMBRAMENTO PARA LAJE PRÉ-MOLDADA COM ESCORAMENTO METÁLICO, TIPO "A", ALTURA DE (200 ATÉ 310)CM, INCLUSIVE DESCARGA, MONTAGEM, DESMONTAGEM E CARGA	m2xmês	84,95
4.4.3	SEINFRA	ED-48298	CORTE, DOBRA E MONTAGEM DE	kg	173,65



			AÇO CA-50/60		
5			VEDAÇÕES, PISOS, COBERTURAS, ESQUADRIAS, ACABAMENTOS E ACESSÓRIOS		
5.1			ALVENARIAS/REVESTIMENTOS		
5.1.1	SEINFRA	ED-48231	ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM TIJOLO CERÂMICO FURADO, ESP. 9CM, PARA REVESTIMENTO, INCLUSIVE ARGAMASSA PARA ASSENTAMENTO	m²	261,73
5.1.2	SEINFRA	ED-50727	CHAPISCO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESP. 5MM, APLICADO EM ALVENARIA/ESTRUTURA DE CONCRETO COM COLHER, PREPARO MECÂNICO	m²	523,46
5.1.3	SEINFRA	ED-50762	REVESTIMENTO COM ARGAMASSA EM CAMADA ÚNICA, APLICADO EM PAREDE, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESP. 20MM, APLICAÇÃO MANUAL, PREPARO MECÂNICO	m²	523,46
5.1.4	SEINFRA	ED-50728	CHAPISCO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESP. 5MM, APLICADO EM TETO COM COLHER, PREPARO MECÂNICO	m²	84,95
5.1.5	SEINFRA	ED-50763	REVESTIMENTO COM ARGAMASSA EM CAMADA ÚNICA, APLICADO EM TETO, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESP. 20MM, APLICAÇÃO MANUAL, PREPARO MECÂNICO	m²	84,95
5.1.6	SEINFRA	ED-16320	MURO DIVISÓRIO DE TIJOLO FURADO COM ALTURA 250CM, COM PILARETES DE 16X9CM A CADA 250CM, SAPATA DE CONCRETO ARMADO 30X20CM E PINGADEIRA, REBOCADO E PINTADO A LÁTEX, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO,	m	69,47



			APILOAMENTO E LASTRO		
5.2			PISOS		
5.2.1	SEINFRA	ED-49812	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, INCLUSIVE TRANSPORTE, LANÇAMENTO E ADENSAMENTO	m³	2,15
5.2.2	SEINFRA	ED-29581	ARMADURA DE TELA DE AÇO CA-60, SOLDADA TIPO Q-92, DIÂMETRO Ø4,2MM, TRAMA COM DIMENSÃO (150X150)MM, INCLUSIVE ESPAÇADOR, EXCLUSIVE CONCRETO	m²	265,75
5.2.3	SEINFRA	ED-49787	FORNECIMENTO DE CONCRETO ESTRUTURAL, PREPARADO EM OBRA COM BETONEIRA, COM FCK 25MPa, INCLUSIVE LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO	m³	3,58
5.2.4	SEINFRA	ED-50566	CONTRAPISO DESEMPENADO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESP. 20MM	m²	71,57
5.2.5	SEINFRA	ED-50754	REVESTIMENTO COM PORCELANATO APLICADO EM PISO, ACABAMENTO POLÍDO, AMBIENTE INTERNO, PADRÃO EXTRA, BORDA RETIFICADA, DIMENSÃO DA PEÇA (60X60)CM, ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO	m²	85,88
5.2.7	SEINFRA	ED-9081	REVESTIMENTO COM CERÂMICA APLICADO EM PAREDE, ACABAMENTO ESMALTADO, AMBIENTE INTERNO/EXTERNO, PADRÃO EXTRA, DIMENSÃO DA PEÇA ATÉ 2025 CM², PEIII, ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO	m²	146,35
			FORNECIMENTO DE CONCRETO		



5.2.8	SEINFRA	ED-49788	ESTRUTURAL, PREPARADO EM OBRA COM BETONEIRA, COM FCK 30MPA, INCLUSIVE LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO (FUNDAÇÃO) ESP= 8,00 CM	m³	15,53
5.2.9	SEINFRA	ED-50619	POLIMENTO MECANIZADO DE SUPERFÍCIE EM CONCRETO, INCLUSIVE ACABAMENTO DE CONCRETAGEM EM NIVELAMENTO A LASER (m²	194,18
5.2.10	SEINFRA	ED-51144	PASSEIOS DE CONCRETO E = 8 CM, FCK = 15 MPA PADRÃO PREFEITURA	m²	82,00
5.3			PINTURA		
5.3.1	SEINFRA	ED-50514	PREPARAÇÃO PARA EMASSAMENTO OU PINTURA (LÁTEX/ACRÍLICA) EM PAREDE, INCLUSIVE UMA (1) DEMÃO DE SELADOR ACRÍLICO	m²	377,11
5.3.2	SEINFRA	ED-50474	EMASSAMENTO EM PAREDE COM MASSA ACRÍLICA, DUAS (2) DEMÃOS, INCLUSIVE LIXAMENTO PARA PINTURA	m²	377,11
5.3.3	SEINFRA	ED-50515	PREPARAÇÃO PARA EMASSAMENTO OU PINTURA (LÁTEX/ACRÍLICA) EM TETO, INCLUSIVE UMA (1) DEMÃO DE SELADOR ACRÍLICO	m²	84,95
5.3.4	SEINFRA	ED-50480	EMASSAMENTO EM TETO COM MASSA CORRIDA (PVA), DUAS (2) DEMÃOS, INCLUSIVE LIXAMENTO PARA PINTURA	m²	84,95
5.3.5	SEINFRA	ED-50451	PINTURA ACRÍLICA EM PAREDE, DUAS (2) DEMÃOS, EXCLUSIVE SELADOR ACRÍLICO E MASSA ACRÍLICA/CORRIDA (PVA)	m²	377,11
5.3.6	SEINFRA	ED-50452	PINTURA ACRÍLICA EM TETO, DUAS	m²	84,95



			(2) DEMÃOS, EXCLUSIVE SELADOR ACRÍLICO E MASSA ACRÍLICA/CORRIDA (PVA)		
5.4			COBERTURA		
5.4.1	SEINFRA	ED-20577	FORNECIMENTO DE ESTRUTURA METÁLICA E ENGRADAMENTO METÁLICO PARA TELHADO DE QUADRA POLIESPORTIVA EM AÇO, COBERTURA PADRÃO DO GINÁSIO POLIESPORTIVO, EXCLUSIVE TELHA, INCLUSIVE PILAR METÁLICO, FABRICAÇÃO, TRANSPORTE, MONTAGEM, APLICAÇÃO DE FUNDO PREPARADOR ANTICORROSIVO, UMA (1) DEMÃO E PINTURA ESMALTE, DUAS (2) DEMÃOS	m²	161,89
5.4.2	SEINFRA	ED-13852	COBERTURA EM TELHA METÁLICA GALVANIZADA ONDULADA, TIPO SIMPLES, ESP. 0,50MM, ACABAMENTO NATURAL, INCLUSIVE ACESSÓRIOS PARA FIXAÇÃO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m²	161,89
5.4.3	SEINFRA	ED-50667	CHAPIM METÁLICO, COM PINGADEIRA, CHAPA GALVANIZADA Nº24, DESENVOLVIMENTO = 35 CM	m	44,05
5.4.4	SEINFRA	ED-50678	RUFO E CONTRA-RUFO DE CHAPA GALVANIZADA Nº.24, DESENVOLVIMENTO = 33 CM	m	41,90
5.4.5	SEINFRA	ED-50648	CALHA DE CHAPA GALVANIZADA Nº.22 GSG, DESENVOLVIMENTO= 33 CM	m	9,90
5.4.6	SEINFRA	ED-49962	RALO SEMI- HEMISFÉRICO TIPO ABACAXI D = 100 MM	u	2,00
5.4.7	SEINFRA	ED-50668	CONDUTOR DE AP DO TELHADO	m	8,00



			EM TUBO PVC ESGOTO, INCLUSIVE CONEXÕES E SUPORTES, 100 MM		
5.5			SOLEIRAS E PEITORIS		
5.5.1	SEINFRA	ED-51003	SOLEIRA DE GRANITO, NA COR CINZA ANDORINHA, ESP. 3CM, ACABAMENTO POLIDO, ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO	m²	1,08
5.5.2	SEINFRA	ED-50998	PEITORIL DE GRANITO, NA COR CINZA ANDORINHA, COM PINGADEIRA, ESP. 3CM, ACABAMENTO POLIDO, ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO	m²	1,44
5.6			ESQUADRIAS E ACESSÓRIOS		
5.6.1	SEINFRA	ED-49602	PORTA DE ABRIR, MADEIRA DE LEI PRANCHETA PARA PINTURA COMPLETA 80 X 210 CM, COM FERRAGENS EM FERRO LATONADO	u	9,00
5.6.2	SEINFRA	ED-50493	PINTURA ESMALTE EM ESQUADRIA DE MADEIRA, DUAS (2) DEMÃOS, INCLUSIVE UMA (1) DEMÃO DE FUNDO NIVELADOR, EXCLUSIVE MASSA A ÓLEO	m²	30,24
5.6.3	SEINFRA	ED-29484	JANELA EM ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS, LINHA 25/ SUPREMA, ACABAMENTO ANODIZADO NATURAL, INCLUSIVE PERFIS, VIDRO 4MM E INSTALAÇÃO, EXCLUSIVE FERRAGENS PARA JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER	m²	6,00
			JANELA EM ALUMÍNIO MÁXIM-AR		



5.6.4	SEINFRA	ED-29481	COM ALTURA DE 60CM, LINHA 25/ SUPREMA, ACABAMENTO ANODIZADO NATURAL, INCLUSIVE PERFIS, VIDRO LISO 4MM E INSTALAÇÃO, EXCLUSIVE FERRAGENS PARA MÓDULO DE JANELA DE ALUMÍNIO MÁXIM-AR	m²	1,80
5.6.5	SEINFRA	ED-48343	BANCADA EM GRANITO CINZA ANDORINHA E = 3 CM, APOIADA EM CONSOLE DE METALON 20 X 30 MM	m²	2,00
5.6.6	SEINFRA	ED-48182	DISPENSER EM PLÁSTICO PARA PAPEL TOALHA 2 OU 3 FOLHAS	u	5,00
5.6.7	SEINFRA	ED-48183	PAPELEIRA PLÁSTICA TIPO DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO ROLAO	u	2,00
5.6.8	SEINFRA	ED-50282	LAVATÓRIO DE LOUÇA BRANCA COM COLUNA, TAMANHO MÉDIO, INCLUSIVE ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO, VÁLVULA DE ESCOAMENTO DE METAL COM ACABAMENTO CROMADO, SIFÃO DE METAL TIPO COPO COM ACABAMENTO CROMADO, FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E REJUNTAMENTO, EXCLUSIVE TORNEIRA E ENGATE FLEXÍVEL	u	2,00
5.6.9	SEINFRA	ED-48189	SABONETEIRA PLÁSTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO COM RESERVATORIO 1500 ML	u	5,00
5.6.10	SEINFRA	ED-50278	CUBA EM AÇO INOXIDÁVEL DE EMBUTIR, AISI 304, APLICAÇÃO PARA PIA (560X330X115MM), NÚMERO 2, ASSENTAMENTO EM BANCADA, INCLUSIVE VÁLVULA DE ESCOAMENTO DE METAL COM ACABAMENTO CROMADO, SIFÃO DE	u	3,00



			METAL TIPO COPO COM ACABAMENTO CROMADO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO		
5.6.11	SEINFRA	ED-50330	TORNEIRA METÁLICA PARA LAVATÓRIO, ACABAMENTO CROMADO, COM AREJADOR, APLICAÇÃO DE MESA, INCLUSIVE ENGATE FLEXÍVEL METÁLICO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	u	2,00
5.6.12	SEINFRA	ED-50326	TORNEIRA METÁLICA PARA PIA, ACABAMENTO CROMADO, COM AREJADOR, APLICAÇÃO DE PAREDE, INCLUSIVE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	u	3,00
5.6.13	SEINFRA	ED-50331	TORNEIRA METÁLICA PARA TANQUE, ACABAMENTO CROMADO, INCLUSIVE ENGATE FLEXÍVEL METÁLICO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	u	1,00
5.6.14	SEINFRA	ED-50289	TANQUE DE LOUÇA BRANCA COM COLUNA, CAPACIDADE 22 LITROS, INCLUSIVE ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO, FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E REJUNTAMENTO, EXCLUSIVE TORNEIRA, VÁLVULA DE ESCOAMENTO E SIFÃO	u	1,00
5.6.15	SEINFRA	ED-48177	FILTRO AP-200 CURTO	u	1,00
5.6.16	SEINFRA	ED-50297	BACIA SANITÁRIA (VASO) DE LOUÇA COM CAIXA ACOPLADA, COR BRANCA, INCLUSIVE ACESSÓRIOS DE FIXAÇÃO/VEDAÇÃO, ENGATE FLEXÍVEL METÁLICO, FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E REJUNTAMENTO	u	2,00
5.6.17	SEINFRA	ED-51152	ESPELHO (40X60CM) ESP.4MM INCLUSIVE FIXAÇÃO COM PARAFUSO FINESSON - FORNECIMENTO E	u	2,00



			INSTALAÇÃO		
5.6.18	SEINFRA	ED-16344	CHUVEIRO ELÉTRICO BRANCO, TENSÃO 127V/220V, POTÊNCIA 4600W/5500W, INCLUSIVE BRAÇO, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	u	2,00
5.6.19	SEINFRA	ED-50984	PORTÃO DE TUBO DE FERRO COLOCADO COM CADEADO	m²	30,00
6			INSTALAÇÕES ELÉTRICAS		
6.1	SEINFRA	ED-13345	LUMINÁRIA ARANDELA TIPO MEIA-LUA COMPLETA, DIÂMETRO 25 CM, PARA UMA (1) LÂMPADA LED, POTÊNCIA 15W, BULBO A65, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, INCLUSIVE BASE E LÂMPADA	u	18,00
6.2	SEINFRA	ED-13357	LUMINÁRIA PLAFON REDONDO DE VIDRO JATEADO REDONDO COMPLETA, DIÂMETRO 25 CM, PARA UMA (1) LÂMPADA LED, POTÊNCIA 15W, BULBO A65, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, INCLUSIVE BASE E LÂMPADA	u	12,00
6.3	SEINFRA	ED-15735	CONJUNTO DE UM (1) INTERRUPTOR BIPOLAR SIMPLES, CORRENTE 10A, TENSÃO 250V, (10A-250V), COM PLACA 4"X2" DE UM (1) POSTO, INCLUSIVE FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, SUPORTE, MÓDULO E PLACA	u	20,00
6.4	SEINFRA	ED-15748	CONJUNTO DE UMA (1) TOMADA PADRÃO, TRÊS (3) POLOS, CORRENTE 10A, TENSÃO 250V, (2P+T/10A-250V), COM PLACA 4"X2" DE UM (1) POSTO, INCLUSIVE FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, SUPORTE, MÓDULO E PLACA	u	24,00
			CONJUNTO DE DUAS (2) TOMADAS PADRÃO, TRÊS (3) POLOS,		



6.5	SEINFRA	ED-15756	CORRENTE 20A, TENSÃO 250V, (2P+T/20A-250V), COM PLACA 4"X2" DE DOIS (2) POSTOS, INCLUSIVE FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, SUPORTE, MÓDULO E PLACA	u	1,00
6.6	SEINFRA	ED-49228	DISJUNTOR MONOPOLAR TERMOMAGNÉTICO 5KA, DE 10A	u	1,00
6.7	SEINFRA	ED-49230	DISJUNTOR MONOPOLAR TERMOMAGNÉTICO 5KA, DE 16A	u	3,00
6.8	SEINFRA	ED-49276	DISJUNTOR BIPOLAR TERMOMAGNÉTICO 5KA, DE 40A	u	1,00
6.9	SEINFRA	ED-49279	DISJUNTOR BIPOLAR TERMOMAGNÉTICO 5KA, DE 70A	u	1,00
6.10	SEINFRA	ED-49501	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO PARA 24 MÓDULOS COM BARRAMENTO 100 A	u	1,00
6.11	SEINFRA	ED-15115	DISJUNTOR DE PROTEÇÃO DIFERENCIAL RESIDUAL (DR), BIPOLAR, TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A, ALTA SENSIBILIDADE, CORRENTE DIFERENCIAL RESIDUAL NOMINAL COM ATUAÇÃO DE 30MA	u	3,00
6.12	SEINFRA	ED-49527	SUPRESSOR DE SURTO PARA PROTEÇÃO PRIMÁRIA EM QGD, ATÉ 1,5 KV - 5 KA	u	1,00
6.13	SEINFRA	ED-20580	ENTRADA DE ENERGIA AÉREA, TIPO B2, PADRÃO CEMIG, CARGA INSTALADA DE 10,1KW ATÉ 15KW, BIFÁSICO, COM SAÍDA SUBTERRÂNEA, INCLUSIVE POSTE, CAIXA PARA MEDIDOR, DISJUNTOR, BARRAMENTO, ATERRAMENTO E ACESSÓRIOS	u	1,00
7			INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS		
7.1	SEINFRA	ED-50221	PONTO DE ÁGUA FRIA EMBUTIDO,	u	6,00



			INCLUINDO TUBO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL E CONEXÕES		
7.2	SEINFRA	ED-49989	REGISTRO DE GAVETA, TIPO BASE, ROSCÁVEL 3/4" (PARA TUBO SOLDÁVEL OU PPR DN 25MM/CPVC DN 22MM), INCLUSIVE ACABAMENTO (PADRÃO MÉDIO) E CANOPLA CROMADO	u	6,00
7.3	SEINFRA	ED-50001	REGISTRO DE ESFERA, TIPO PVC SOLDÁVEL DN 32MM (1"), INCLUSIVE VOLANTE PARA ACIONAMENTO	u	3,00
7.4	SEINFRA	ED-50000	REGISTRO DE ESFERA, TIPO PVC SOLDÁVEL DN 25MM (3/4"), INCLUSIVE VOLANTE PARA ACIONAMENTO	u	2,00
7.5	SEINFRA	ED-50003	REGISTRO DE ESFERA, TIPO PVC SOLDÁVEL DN 50MM (1.1/2"), INCLUSIVE VOLANTE PARA ACIONAMENTO	u	2,00
7.6	SEINFRA	ED-49965	REGISTRO DE PRESSÃO, TIPO BASE, ROSCÁVEL 3/4" (PARA TUBO SOLDÁVEL OU PPR DN 25MM/CPVC DN 22MM), INCLUSIVE ACABAMENTO (PADRÃO MÉDIO) E CANOPLA CROMADOS	u	2,00
7.7	SEINFRA	ED-49845	ADAPTADOR SOLDÁVEL DE PVC MARROM COM FLANGES E ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA Ø 25 MM X 3/4"	u	2,00
7.8	SEINFRA	ED-49846	ADAPTADOR SOLDÁVEL DE PVC MARROM COM FLANGES E ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA Ø 32 MM X 1"	u	3,00
7.9	SEINFRA	ED-49848	ADAPTADOR SOLDÁVEL DE PVC MARROM COM FLANGES E ANEL PARA CAIXA D'ÁGUA Ø 50 MM X 1 1/2"	u	2,00
			CAIXA D'ÁGUA DE POLIETILENO,		



7.10	SEINFRA	ED-49935	CAPACIDADE DE 500L, INCLUSIVE TAMPA, TORNEIRA DE BOIA, EXTRAVASOR, TUBO DE LIMPEZA E ACESSÓRIOS, EXCLUSIVE TUBULAÇÃO DE ENTRADA/ SAÍDA DE ÁGUA	u	2,00
7.11	SEINFRA	ED-15205	KIT CAVALETE PARA MEDIÇÃO DE ÁGUA, EMBUTIDO EM ALVENARIA, EM AÇO GALVANIZADO DN 25MM (3/4") - PADRÃO CONCESSIONÁRIA LOCAL, EXCLUSIVE HIDRÔMETRO	u	1,00
7.12	SEINFRA	ED-50020	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBO PVC RÍGIDO SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 32 MM (1"), INCLUSIVE CONEXÕES	m	25,00
7.13	SEINFRA	ED-50225	PONTO DE ESGOTO, INCLUINDO TUBO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL DE 100 MM E CONEXÕES (VASO SANITÁRIO)	u	4,00
7.14	SEINFRA	ED-50223	PONTO DE ESGOTO, INCLUINDO TUBO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL DE 40 MM E CONEXÕES (LAVATÓRIOS, MICTÓRIOS, RALOS SIFONADOS, ETC.)	u	7,00
7.15	SEINFRA	ED-50224	PONTO DE ESGOTO, INCLUINDO TUBO DE PVC RÍGIDO SOLDÁVEL DE 50 MM E CONEXÕES (PIAS DE COZINHA, MÁQUINAS DE LAVAR, ETC.)	u	1,00
7.16	SEINFRA	ED-8845	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBO PVC RÍGIDO, VENTILAÇÃO, PBV - SÉRIE NORMAL, DN 50 MM (2"), INCLUSIVE CONEXÕES	m	10,00
7.17	SEINFRA	ED-49939	CAIXA DE GORDURA PRÉ-FABRICADA SIMPLES VOL. 31	u	1,00



			LITROS		
7.18	SEINFRA	ED-50007	CAIXA SIFONADA EM PVC COM GRELHA QUADRADA 150 X 150 X 50 MM	u	6,00
7.19	SEINFRA	ED-49887	CAIXA DE ESGOTO DE INSPEÇÃO/PASSAGEM EM ALVENARIA (60X60X80CM), REVESTIMENTO EM ARGAMASSA COM ADITIVO IMPERMEABILIZANTE, COM TAMPA DE CONCRETO, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E TRANSPORTE E RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA)	u	3,00
7.20	SEINFRA	ED-50105	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBO PVC RÍGIDO, COLETOR DE ESGOTO LISO (JEI), DN 100 MM (4"), INCLUSIVE CONEXÕES	m	40,00
7.21	SEINFRA	ED-48586	CAIXA DE AREIA 50 X 60 X 70 CM	u	1,00
7.22	SEINFRA	ED-50668	CONDUTOR DE AP DO TELHADO EM TUBO PVC ESGOTO, INCLUSIVE CONEXÕES E SUPORTES, 100 MM	m	7,45
8			PISO EXTERNO		
8.1	SEINFRA	ED-50437	PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA EM PLACAS, INCLUSIVE TERRA VEGETAL E CONSERVAÇÃO POR TRINTA (30) DIAS	m²	50,22
8.2	SEINFRA	ED-51141	GUIA DE MEIO-FIO, EM CONCRETO COM FCK 15MPa, MOLDADA IN LOCO, SEÇÃO 15X45CM, FORMA EM MADEIRA, EXCLUSIVE SARJETA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, APILOAMENTO E TRANSPORTE COM RETIRADA DO MATERIAL ESCAVADO (EM CAÇAMBA)	m	12,00



9			SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA)		
9.1	SEINFRA	ED-51068	MASTRO SIMPLES DE FERRO GALVANIZADO PARA PÁRA-RAIOS, ALTURA DE 3 M, Ø 40 MM (1 1/2") OU 50 MM (2"), COMPLETO	un	1,00
9.2	SEINFRA	ED-51073	PARA-RAIO DE LATAO CROMADO, COBRE CROMADO OU ACO INOXIDAVEL, TIPO FRANKLIN	un	1,00
9.3	SEINFRA	ED-51090	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO 2 FUROS PARA CABO 35 MM2	un	5,00
9.4	SEINFRA	ED-13934	CABO DE COBRE NU #35MM2 - 7 FIOSX2,50MM, PARA ELEMENTOS DE CAPTAÇÃO/ANEL DE CINTAMENTO (SPDA), INCLUSIVE PRESILHA DE FIXAÇÃO	m	50,00
9.5	SEINFRA	ED-51015	APARELHO SINALIZADOR NOTURNO DE OBSTÁCULOS AÉREO, SIMPLES, COM CÉLULA FOTOELÉTRICA, INCLUSIVE UMA (1) LÂMPADA LED, POTÊNCIA 9W, BULBO A60, E SUPORTE DE TOPO PARA MASTRO, EXCLUSIVE MASTRO	un	1,00
10			INSTALAÇÃO DE REDE ESTRUTURADA		
10.1	SEINFRA	ED-48365	CABO UTP 4 PARES CATEGORIA 6 COM REVESTIMENTO EXTERNO NÃO PROPAGANTE A CHAMA	m	15,00
10.2	SEINFRA	ED-48363	CABO COAXIAL RG-59-75 OHMS	m	15,00
10.3	SEINFRA	ED-15762	CONJUNTO DE DUAS (2) TOMADAS DE DADOS (CONECTOR RJ45 CAT.6E), COM PLACA 4"X2" DE DOIS (2) POSTOS, INCLUSIVE	un	1,00



			FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, SUPORTE, MÓDULO E PLACA		
10.4	SEINFRA	ED-15795	CONJUNTO DE DUAS (2) TOMADAS TELEFÔNICAS (CONECTOR RJ11), COM PLACA 4"X4" DE DOIS (2) POSTOS, INCLUSIVE FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, SUPORTE, MÓDULO E PLACA	un	1,00
10.5	SEINFRA	ED-15753	CONJUNTO DE UMA (1) TOMADA DE ANTENA (CONECTOR COAXIAL), COM PLACA 4"X2" DE UM (1) POSTO, INCLUSIVE FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, SUPORTE, MÓDULO E PLACA	un	1,00
10.6	SEINFRA	ED-49168	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA E TAMPA DE CONCRETO, FUNDO DE BRITA, TIPO 1, 30 X 30 X 40 CM, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO, REATERRO E BOTA-FORA	un	1,00
10.7	SEINFRA	ED-49215	CAIXA DE PASSAGEM 20 x 20 CM EM CHAPA DE FERRO COM TAMPA CEGA PARA TV 20x20x10cm	un	1,00
10.8	SEINFRA	ED-49415	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, ANTI-CHAMA, DN 32MM (1"), APLICADO EM ALVENARIA, INCLUSIVE RASGO	m	10,00
11			SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO		
11.1	SEINFRA	ED-50193	EXTINTOR DE INCÊNDIO TIPO PÓ QUÍMICO 2-A:20-B:C, CAPACIDADE DE 6 Kg	u	2
11.2	SEINFRA	ED-26989	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA DE BLOCOS AUTÔNOMOS DE LED, COM AUTONOMIA DE 2H	u	5
11.3	SEINFRA	ED-50194	MARCAÇÃO DE PISO PARA LOCALIZAÇÃO DE EXTINTOR, DIMENSÕES 100X100CM	u	2



11.4	SEINFRA	ED-50199	PLACA FOTOLUMINESCENTE "E5"	u	2
11.5	SEINFRA	ED-50205	PLACA FOTOLUMINESCENTE "S12"OU"S3"(SAÍDA)	u	7
11.6	SEINFRA	ED-50201	PLACA FOTOLUMINESCENTE "S1" OU "S2"- (SAÍDA - DIREITA)	u	3
11.7	SEINFRA	ED-50180	ACIONADOR MANUAL DE ALARME DE INCÊNDIO	u	1
12			LIMPEZA DE OBRA		
12.1	SEINFRA	ED-50266	LIMPEZA FINAL PARA ENTREGA DA OBRA	m²	324,00

XI. Levantamento de Mercado

O objeto está alinhado a práticas correntes do setor, com insumos e serviços amplamente ofertados na região, como concreto usinado, aço CA 50 e 60, blocos cerâmicos, esquadrias metálicas e de madeira, instalações elétricas e hidrossanitárias, SPDA, prevenção e combate a incêndio e rede estruturada.

O memorial confirma padronização de acabamentos laváveis, pé direito, ventilação e anexos operacionais de estacionamento e higienização, o que reduz incerteza técnica e facilita a cotação pelo mercado.

A estimativa de referência está ancorada em base pública estadual atualizada, com adoção do BDI setorial de construção de edifícios e desoneração, parâmetro que o mercado conhece e utiliza.

Consta expressamente a referência SEINFRA Triângulo e Alto Paranaíba janeiro de 2025 e o BDI de 29,48 por cento, além do endereço e do valor global de quinhentos e cinquenta mil duzentos e vinte reais e dezesseis centavos.

O edital parâmetro exige detalhamento de BDI e encargos sociais na proposta e admite o uso de preços unitários apenas para ajustes no cronograma físico financeiro e para eventual aditamento excepcional, o que reforça a comparabilidade entre proponentes e a aderência às tabelas públicas.

Com esses elementos padronizados, conclui-se que há oferta suficiente de empresas para disputar por menor preço global, com capacidade técnica para entregar projeto executivo compatibilizado e obra no prazo estimado, sob parâmetros de custo e quantidades reconhecidos pelo mercado.



XII. Estimativa do Valor da Contratação

Valor estimado da contratação: R\$550.220,16 (quinhentos e cinquenta mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos).

XIII. Descrição da Solução como Um Todo

Nesse sentido, a solução consistirá na entrega integrada de projeto executivo compatibilizado e obra concluída de base operacional do SAMU em pavimento térreo, com ambientes assistenciais, áreas de apoio e pátio funcional organizados para fluxo seguro de pessoas, materiais e viaturas, assegurando giro rápido da ambulância, higienização técnica e suporte contínuo à equipe de quatro profissionais.

A edificação será concebida para desempenho, durabilidade e manutenção facilitada, com acabamentos laváveis, layouts racionais e setorização clara entre áreas limpas e sujas.

Outrossim, os projetos executivos abrangerão arquitetura, estruturas, instalações elétricas e hidrossanitárias, sistema de proteção contra descargas atmosféricas, prevenção e combate a incêndio, drenagem pluvial e rede estruturada, todos compatibilizados antes do início de cada frente de serviço.

O contratado deverá apresentar memoriais, pranchas, listas de materiais e respectivas anotações de responsabilidade, garantindo rastreabilidade técnica e aderência a normas de segurança, acessibilidade e desempenho.

Ademais, a obra contemplará fundações, superestrutura, lajes, vedações, cobertura, esquadrias, pisos e revestimentos, além das instalações prediais com quadros, circuitos e pontos dimensionados por uso, rede lógica, dispositivos de proteção e rota de cabos organizada.

O pátio operacional incluirá área de estacionamento de ambulância e área específica para higienização de viatura e de materiais, com pontos hidráulicos, elétricos e de escoamento adequados à atividade.

Desta forma, a execução observará planejamento físico e financeiro mensal, com marcos de liberação de frentes após aprovação dos projetos correspondentes, controle de qualidade por ensaios e registros fotográficos e atendimento às rotinas de



segurança do trabalho, sinalização, controle de poeira e ruído e gestão de resíduos da construção.

A logística de suprimentos priorizará a sequência crítica de estrutura, vedação, cobertura, fechamentos, instalações e acabamentos, de modo a reduzir retrabalhos e interferências entre disciplinas.

Por conseguinte, a entrega final compreenderá edificação comissionada, sistemas testados e laudos de conformidade, incluindo documentação, manuais de operação e manutenção e documentação de segurança contra incêndio.

O recebimento provisório ocorrerá após a conclusão das correções imediatas, enquanto o recebimento definitivo será formalizado após verificação do desempenho em uso e entrega integral dos documentos exigidos, garantindo condições plenas de operação, salubridade e segurança para a prestação do serviço de urgência pré-hospitalar.

XIV. Parcelamento da Contratação

Nesse sentido, a contratação será realizada em lote único e sem parcelamento, por se tratar de solução técnica integrada em regime semi integrado de projeto e construção, com forte interdependência entre disciplinas de arquitetura, estruturas, instalações elétricas e hidrossanitárias, sistema de proteção contra descargas atmosféricas, prevenção e combate a incêndio, drenagem pluvial e rede estruturada. A divisão em lotes ou itens comprometeria a compatibilização de projetos, elevaria riscos de interface, retrabalhos e litígios, e impactaria negativamente o prazo global de 06 (seis) meses, a qualidade e a responsabilização unitária do contratado.

Por conseguinte, fica firmada a opção por lote único, vedada a divisão do objeto em lotes ou itens, com motivação técnica baseada na interdependência das disciplinas, na necessidade de coordenação única, no porte e valor estimado da obra e na mitigação de riscos de prazo, custo e qualidade, nos termos do artigo dezoito parágrafo primeiro inciso oito e da racionalidade prevista no artigo quarenta da Lei catorze mil cento e trinta e três.

XV. Contratações Correlatas e Interdependentes



Nesse sentido, o contrato principal entregará projeto executivo compatibilizado e obra concluída, incluindo prevenção e combate a incêndio e SPDA, comissionamento e dossiês técnicos exigidos para licenciamento, conforme conteúdo mínimo do ETP previsto na Lei nº 14.133/21 sobre planejamento e definição da solução.

Outrossim, os licenciamentos junto ao Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, com análise do projeto e emissão do AVCB/CLCB, serão tramitados pela Administração em coordenação com o contratado, que fornecerá toda a documentação técnica necessária.

Ademais, as ligações definitivas de energia, água e esgoto serão providenciados em processos próprios com as concessionárias, observando os padrões de entrada e requisitos técnicos aplicáveis, com suporte documental do contratado.

Por conseguinte, para a fase operacional, a coleta e destinação de resíduos de serviços de saúde seguirão contratação específica da Saúde, em conformidade com a RDC 222/2018, permanecendo a obra responsável apenas pelos resíduos da construção durante a execução

XVI. Descrição de Possíveis Impactos Ambientais e Respectivas Medidas Mitigadoras

A contratada deverá atender aos critérios de qualidade ambiental, sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente.

A contratada será responsável pela destinação correta de todos os resíduos gerados na execução dos serviços. Portanto, a obra deverá ser projetada de forma a causar baixo impacto no ecossistema, bem como executada de forma a favorecer a economia local e priorizar o bem estar social, executando os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, em observância ao direito administrativo, à legislação ambiental e trabalhista, e aos regulamentos infra legais aplicáveis ao setor da construção civil, assim como às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), às posturas e boas práticas, inclusive de segurança e medicina do trabalho e de segurança pública, difundidas no mercado, mantendo, ademais, sua área de trabalho continuamente limpa e desimpedida.



XVII. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação

Nesse sentido, a contratação é técnica e economicamente viável, com escopo definido, quantidades consistentes, valor estimado de R\$550.220,16 e prazo de 06 (seis) meses compatível com a execução.

Outrossim, o regime semi integrado por preço global, o lote único e a vedação à subcontratação reduzem riscos, asseguram responsabilização unitária e garantem resultado com qualidade e prazo.

Por conseguinte, aprova-se a contratação, por ser necessária, razoável e vantajosa ao interesse público.

Constam em conjunto ao Estudo Técnico Preliminar (ETP) os Anexos 1, 2, 3 e 4.

MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE			
(x)	Planejamento da aquisição e Seleção de Fornecedor		
()	Gestão de Contratos ou Ata de Registro de Preços		
RISCO nº 1			
Selecionar equipe inadequada para o planejamento da contratação.			
GRAU DE RISCO			
Probabilidade	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixo	(X) Médio	() Alto
	Dano		
1	Realizar estudo falho, incompleto ou impreciso, podendo ocasionar prejuízos na aquisição.		
nº	Ação Preventiva	Responsável	
1	Escolher equipe com conhecimentos suficientes para os estudos em tempo hábil para que não haja prejuízos durante a fase de planejamento.	Secretaria Municipal de Saúde	
nº	Ação de Contingência	Responsável	



1	Substituir membros da equipe de planejamento que não estejam tendo rendimento.	Secretaria Municipal de Saúde
2	Capacitar os servidores escolhidos para o planejamento.	Coordenadoria de Recursos Humanos
3	Designar membros com mais experiência em contratações	Secretaria Municipal de Saúde

RISCO nº 2			
Selecionar prestador inadequado execução pleiteada			
GRAU DE RISCO			
Probabilidade	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixo	() Médio	(X) Alto
nº	Dano		
1	Contratar empresa com incapacidade técnica para a execução do serviço conforme estabelecidos no termo de referência.		
nº	Ação Preventiva	Responsável	
1	Acompanhamento constante da execução do serviço de implantação	Secretaria Municipal de Saúde	
nº	Ação de Contingência	Responsável	
1	Aplicar as disposições contratuais, bem como, promover contratação de emergência.	Coordenadoria	

FASE DE ANÁLISE			
()	Planejamento da aquisição e Seleção de Fornecedor		
(X)	Gestão de Contratos ou Ata de Registro de Preços		
RISCO nº 3			
Falta de qualificação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato.			
GRAU DE RISCO			
Probabilidade	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixo	(X) Médio	() Alto



nº	Dano
1	Deixar de executar ou executar de forma ineficiente a gestão e fiscalização do contrato.

RISCO nº 4			
Atraso no Início do Contrato			
GRAU DE RISCO			
Probabilidade	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto	() Baixo	(X) Médio	() Alto
nº	Dano		
1	Atraso na disponibilização da solução		
nº	Ação Preventiva	Responsável	
1	Acompanhar e cobrar da empresa o cumprimento integral do contrato.	Fiscais e gestores do contrato	
nº	Ação de Contingência	Responsável	
1	Advertir e se necessário aplicar penalidades previstas em ata à empresa assim que tomar ciência de irregularidades, minimizando assim os prejuízos.	Fiscais e gestores do contrato	

Bonfinópolis de Minas - MG, 10 de novembro de 2025.

NILVÉSIA APARECIDA LUIZ BRANDÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VINÍCIUS ANDRADE SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL CREA230.293/D – MG



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. Órgão ou entidade interessada: Secretaria Municipal de Saúde.

1.2. O presente Termo de Referência tem por finalidade evidenciar a necessidade, a viabilidade e a adequação da contratação, pelo Município de Bonfinópolis de Minas/MG, de empresa especializada em engenharia para concepção dos projetos executivos e execução da obra de construção da Base Descentralizada do SAMU – Equipe 4 (quatro) pessoas, em empreitada por preço global, sob regime semi-integrado (projeto e construção).

1.3. Trata-se de iniciativa voltada à expansão e qualificação da resposta pré-hospitalar móvel no território municipal, com ênfase na redução de tempos de resposta, na segurança da equipe e na integridade assistencial ao usuário do serviço de urgência.

1.4. Outrossim, a solução proposta ancora-se nos elementos técnicos oficiais do processo, quais sejam:

1.5. Planilha orçamentária (com base de preços SEINFRA/MG, desoneração e BDI de 29,48%); planta de áreas (com o quadro geral de ambientes e área total estimada de 158,60 m²); memória de cálculo (quantitativos e premissas construtivas, incluindo lajes, fundações, instalações e sistemas); cronograma físico-financeiro (horizonte de 6 meses); e memorial descritivo (padrões de desempenho e acabamentos, ambientes funcionais e diretrizes para PCI/SPDA e redes).

1.6. Nesse diapasão, ressalta-se a distinção técnico-conceitual entre área útil indicada no memorial e a área total/construída consolidada na planta de áreas, a fim de evitar ambiguidade na especificação e na medição contratual.

1.7. Ademais, a implantação ocorrerá em Rua Ouro Preto, s/n, Jardim Cinelândia, CEP 38.650-000, nesta cidade, em terreno apto à edificação térrea, estacionamentos e fluxos operacionais de ambulância, contemplando estacionamento e higienização de viatura,



higienização de materiais e equipamentos, áreas de apoio à equipe de 4 (quatro) profissionais e os ambientes técnico-assistenciais correlatos.

1.8.O escopo observará, como referência programática e de identidade, os parâmetros usuais aplicáveis a bases descentralizadas do serviço, assegurando condições de salubridade, acessibilidade, segurança contra incêndio e integridade das instalações elétricas e hidrossanitárias.

1.9.Assim, a contratação proposta se apresenta tecnicamente suficiente, economicamente justificada e juridicamente adequada para atingir o resultado pretendido, i.e., dotar Bonfinópolis de Minas de uma base SAMU funcional, segura e eficiente, com projeto executivo compatibilizado e obra executada dentro do prazo e do orçamento estimados.

2. OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada em engenharia para Construção da base descentralizada SAMU – Equipe 04 pessoas, através dos recursos próprios para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Bonfinópolis de Minas, regime semi-integrado (projeto e construção).

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação está de acordo com o Estudo Técnico Preliminar que antecede à elaboração do presente instrumento e instrui o presente processo, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 1.253 de 06 de março de 2023 e legislação correlata.

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

4.1.Impõe-se a implantação de infraestrutura física dedicada ao atendimento pré-hospitalar móvel, apta a assegurar abrigo operacional para equipe de 4 profissionais, estacionamento e giro rápido da ambulância, higienização de viatura, higienização de materiais e apoio logístico, de modo a reduzir tempos de resposta e garantir condições sanitárias e de segurança compatíveis com a natureza do serviço.



4.2. Outrossim, a inexistência de base local plenamente funcional onera o deslocamento das equipes, dificulta a guarda e a manutenção preventiva dos equipamentos, e fragiliza rotinas essenciais (esterilização, limpeza técnica, recondicionamento de insumos e descanso da equipe), criando gargalos que repercutem diretamente na continuidade do atendimento e na disponibilidade da frota.

4.3. Ademais, o arranjo espacial proposto, com ambientes de apoio, áreas técnicas, instalações elétricas e hidrossanitárias dimensionadas, SPDA, prevenção e combate a incêndio e rede estruturada é condição necessária para a operação segura do serviço, para a integridade dos profissionais e usuários, e para a preservação do patrimônio público, demandando edificação térrea em local de fácil acesso viário, com fluxos independentes para pessoas e viatura.

4.4. Dessa forma, a consolidação da base em Rua Ouro Preto, s/n, Jardim Cinelândia, nesta cidade, atende aos requisitos de localização e funcionalidade, permitindo a acomodação do programa de áreas e dos sistemas prediais correlatos, viabilizando a instalação ordenada dos equipamentos e a execução de rotinas operacionais com o controle de riscos inerentes.

4.5. Por conseguinte, a contratação de projeto executivo e obra mostra-se indispensável para transformar as premissas técnico-funcionais já quantificadas em solução construída, capaz de entregar, em prazo estimado de 6(seis) meses, uma base SAMU plenamente operacional, com condições de salubridade, acessibilidade, segurança e desempenho compatíveis com a criticidade do serviço prestado.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e nos documentos descritivos que compõe o presente.

6. LEVANTAMENTOS DO IMÓVEL (ART. 6º, INCISO XXV, ALÍNEA “A”, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

6.1. Contratação de empresa especializada em engenharia, para execução da obra de ampliação da Unidade Básica de Saúde Tipo I Alvenaria – Modelo próprio no município de Bonfinópolis de Minas, com área de 158,60 m².

6.2. O imóvel está localizado na Rua São José, nº 231, Centro, Bonfinópolis de Minas, MG, com área a ser construída de 158,60 m².

6.3. Contratação de empresa especializada em engenharia para Construção da



base descentralizada SAMU – Equipe 04 pessoas, através dos recursos próprios para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Bonfinópolis de Minas, regime semi-integrado (projeto e construção).

7. SOLUÇÕES TÉCNICAS GLOBAIS E LOCALIZADAS (ART. 6º, INCISO XXV, ALÍNEA B, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

7.1. No escopo desta contratação diferem-se os produtos em 02 (Dois) grupos principais:

- a) Elaboração do Projeto Executivo de Engenharia, estudos, levantamentos e projetos complementares necessários para completa execução do Objeto.
- b) Execução de todas as obras, etapas e ações necessárias para completa execução do objeto.

7.2. Todos os estudos, levantamentos, análises, coleta de dados e documentação técnica, necessários ao atendimento do escopo do objeto e elaborado pela Contratada, tanto relativa a obras e/ou projetos, serão de propriedade exclusiva do Município de Bonfinópolis de Minas, que dele se utilizará conforme melhor lhe convier, a qualquer tempo.

7.3. É vedado à Contratada dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros quaisquer estudos, levantamentos, análises, dados coletados e documentação técnica, preparado ou recebido para a execução dos serviços e/ou obras, salvo com prévia autorização expressa do responsável pelo órgão contratante.

7.4. PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA

7.4.1. O prazo para elaboração e aprovação do Projeto Executivo será de até 30(trinta) dias consecutivos contados a partir da Ordem de Serviço.

7.4.2. Conforme definição contida no Artigo 6º, inciso XXVI da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, o Projeto Executivo deverá conter o conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no Termo de Referência/Projeto Básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes.

7.4.3. Desta forma, caberá à Contratada a elaboração do Projeto Executivo de Engenharia necessário e satisfatório à execução do objeto, com nível máximo de detalhamento possível de todas as suas etapas. Para tanto, deverão ser respeitados e levados em consideração os parâmetros técnicos indicados pelo Projeto de Engenharia disponibilizado.

7.4.4. Conforme disposto no Artigo 45, §5º da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, alterações significativas no Projeto não serão vedadas, porém, deverão ser rigorosamente justificadas e discutidas com todos os entes de alguma forma impactados, com o contratado assumindo integralmente os riscos associados indicados no mapa de gerenciamento de riscos.

§ 5º Na contratação semi-integrada, mediante prévia autorização da Administração, o projeto básico poderá ser alterado, desde que demonstrada a superioridade das inovações propostas pelo contratado em termos de redução de custos, de aumento da qualidade, de redução do prazo



de execução ou de facilidade de manutenção ou operação, assumindo o contratado a responsabilidade integral pelos riscos associados à alteração do projeto básico e aprovado previamente pela VISA-Regional.

7.4.5. A elaboração do projeto executivo deve seguir as diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Manual de Obras Públicas, ABNT e demais regulamentações pertinentes e vigentes.

7.4.6. As Normas e Instruções a serem utilizadas não serão limitadas às citadas, cabendo à Empresa contratada a verificação de existência de normas/manuais nos órgãos e intervenientes envolvidos. Não será aceita como justificativa o desconhecimento da existência de normatização.

7.4.7. Cabe observar que os dados fornecidos no Projeto de Engenharia não eximem a proponente da necessidade de realização de novos levantamentos e estudos para a elaboração do Projeto Executivo, realizando a atualização e/ou complementação do que se fizer necessário.

7.4.8. O Projeto Executivo assegurará ampla apresentação dos Projetos/Estudos: Topográficos, Superestrutura, Drenagem, Sinalização, Iluminação, Obras Complementares, Especificação de Serviços e Materiais, Quantitativo e Orçamento e Plano de Execução.

7.4.9. O Projeto Executivo incluirá memórias de cálculo de dimensionamento, especificações de serviços e plano de execução de toda a obra, considerando ainda, a questão logística para sua execução.

7.4.10. As revisões de projeto, por qualquer motivo, inclusive os decorrentes da necessidade de adição de elementos como Obras Complementares, remanejamento de redes de serviço público, são de responsabilidade da Contratada.

7.4.11. O não atendimento às solicitações da CONTRATANTE para revisão dos projetos ensejarão descumprimento do objeto contratual.

7.5. ALTERAÇÕES NO PROJETO DE ENGENHARIA

7.5.1. Haverá permissão para a CONTRATADA inovar em soluções metodológicas e tecnológicas desde que mantidas as características do objeto, sendo permitidas inovações somente nos meios e recursos utilizados e não no resultado.

7.5.2. Requerer-se-á a apresentação prévia à CONTRATANTE e a VISA-Regional, para aprovação, devendo ser entregue para análise um relatório técnico descritivo da solução a ser adotada.

7.5.3. As inovações tecnológicas que venham a ser apresentadas pela Contratada precisarão ser discutidas na fase de Projeto Executivo, ocasião em que serão aprovadas as mudanças de concepção das soluções de Projeto de Engenharia disponibilizado.

7.5.4. A apresentação dessas soluções deve estar bem embasada, por meio de um Relatório Técnico, onde deverão constar os estudos e informações capazes de inferir que a inovação atende aos critérios de desempenho, vida útil e eficiência da solução indicada no Projeto de Engenharia disponibilizado. Além disso, deve ser apresentado estudo comparativo de custo de manutenção, quando couber. Desde que haja vantajosidade para a Administração, a CONTRATANTE poderá atualizar as especificações que possuem conflitos com as inovações metodológicas e tecnológicas propostas a fim de permiti-las.



7.5.5. A CONTRATADA assumirá automaticamente os custos adicionais advindos de alterações de soluções metodológicas ou tecnológicas previamente definidas em Termo de Referência/ Projeto Básico, exceto em casos em que a alteração for solicitada diretamente pela própria CONTRATANTE ou cuja motivação e justificativas sejam formalmente aprovadas pela Administração.

7.5.6. A CONTRATADA será a responsável técnica pelo projeto executivo elaborado, assumindo toda e qualquer inconsistência não corrigida, se houver, sendo igualmente responsável pelas adequações e correções futuras, se necessário.

7.6. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E PARÂMETROS DE DESEMPENHO NO PROJETO EXECUTIVO

7.6.1. Os projetos deverão ser elaborados em obediência às Especificações de Projeto da CONTRATANTE.

7.6.2. Deverão ser apresentadas as ART's da(s) empresa(s) e/ou consórcio(s) responsável(is) e do responsável técnico pela elaboração do Projeto. Em caso de Consórcio, este deverá estar devidamente registrado ou possuir visto no CREA/MG.

7.6.3. Os projetos executivos a serem elaborados de acordo com a contratação serão:

- PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA;
- PROJETO EXECUTIVO DE DRENAGEM PLUVIAL;
- PROJETO EXECUTIVO DE ENGRADAMENTO METÁLICO;
- PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA DE CONCRETO;
- PROJETO EXECUTIVO DE INFRAESTRUTURA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO/CFTV/ALARME/SEGURANÇA/SONORIZAÇÃO;
- PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS;
- PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES HIDRO SANITÁRIAS;
- PROJETO EXECUTIVO DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO.

7.6.4. São alguns dos requisitos e diretrizes para elaboração dos Projetos Executivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo:

- a) Avaliar as áreas de influência do projeto, as características da topografia do terreno e as redes de infraestrutura existentes no entorno;
- b) Especificar métodos construtivos, sistemas estruturais, utilização de materiais e instalações adequados às condições do local da ampliação;
- c) Gerir os efluentes sanitários e resíduos sólidos de acordo com as leis, normativas, regulamentos, posturas e demais documentos técnicos aplicáveis;
- d) Estabelecer soluções técnicas e de materiais que considerem as disponibilidades econômicas e financeiras para a implantação da obra, soluções construtivas racionais que ofereçam facilidades de operação e manutenção dos diversos componentes e sistemas da edificação, não só na sua produção, mas também ao longo da sua vida útil;



- e) Compatibilizar todas as disciplinas de projetos entre si, inclusive com a planilha orçamentária elaborada pela prefeitura municipal de Bonfinópolis de Minas-MG;
- f) Encaminhar, para aprovação, os projetos e estudos elaborados, e realizar possíveis correções solicitadas. O pagamento da etapa de projetos e estudos estará condicionada a aprovação da PMBM após realização de análise técnica por sua equipe técnica;
- g) Emitir os documentos de responsabilidade técnica devidos da elaboração dos projetos e estudos e apresentá-las a PMBM;
- h) Deverá ser previsto nos projetos o uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível, deverá fazer uso de energia renovável.

7.6.5. Os projetos devem obedecer detalhadamente as NBR's vigentes da ABNT e outras que forem necessárias para a elaboração de cada Projeto Executivo. Os mesmos deverão ser entregues a PMBM em formato PDF, DWG e uma via impressa de cada prancha.

7.6.6. De acordo com o cronograma físico-financeiro, os projetos deverão ser entregues dentro do primeiro mês após a data da ordem de serviço.

7.6.7. O prazo de entrega poderá ser prorrogado somente mediante justificativa e autorização do órgão solicitante. O pagamento será realizado somente após certificado pelo agente recebedor a efetiva entrega do projeto completo.

7.6.8. O custo de entrega dos objetos correrá por conta do fornecedor contratado, não podendo ser cobrado da administração qualquer custo de entrega.

7.6.9. O Departamento de Engenharia da Prefeitura de Bonfinópolis de Minas será o responsável pela aprovação do projeto executivo de engenharia.

7.7. EXECUÇÃO DAS OBRAS

7.7.1. O prazo para execução das obras será de 6 (seis) meses, contados a partir da Ordem de Serviço de Obras.

7.7.2. Durante as obras deverão ser adotadas sinalização diurna e noturna e controle na restrição de tráfego. É obrigação da Contratada a utilização da Sinalização Temporária até o recebimento definitivo das obras, a qual deve ser sempre mantida em bom estado.

7.7.3. A execução das obras deverá ser levada a cabo em tantas frentes de serviços quantas forem necessárias a fim de que o objeto seja concluído no prazo programado, havendo liberação prévia da CONTRATANTE.

7.7.4. A sistemática a ser empregada no preparo das áreas das obras deverá seguir fielmente ao Projeto Executivo, devidamente aprovado pela CONTRATANTE.

7.7.5. Durante a execução da obra, a Contratada deve levar em consideração os seguintes aspectos:

- Qualidade dos serviços, inclusive, obediência ao Projeto de Executivo e aos dispositivos contratuais;
- Cumprimento de prazos, metas contratuais e cronograma físico-financeiro;
- Proteção ao meio ambiente e atendimento às condicionantes ambientais do



empreendimento;

- Solução de problemas construtivos surgidos, com anuência do departamento de Engenharia da Prefeitura de Bonfinópolis de Minas;
- Execução de ensaios tecnológicos e de controle geométrico;

7.7.6. Cumpre observar que compõe Critério de Aceitabilidade geral, para a obra como um todo e abarcando todas as famílias de serviço, os seguintes itens:

- Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referência à Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados ou possuírem visto no CREA/MG;
- Controles tecnológicos dos materiais e peças dentro das condições estabelecidas pelas especificações da CONTRATANTE e das demais referenciadas, com relação ao tipo dos ensaios, periodicidade, amostragem e resultados;
- Todas as áreas de ocorrências de materiais caso seja necessário, tais como, bota-foras, caminhos de serviço, canteiros, áreas de empréstimos e outros que forem indicados na elaboração do Projeto Executivo, e que serão exploradas para a execução das obras, deverão ser recuperadas tão logo termine a exploração e antes da conclusão da obra.

7.8. SOLUÇÕES TÉCNICAS PREVISTA NO ORÇAMENTO.

7.8.1. As soluções técnicas previstas no orçamento estão de acordo com o projeto básico e memorial descritivo aprovado pela VISA-Regional que representam o conjunto de definições a respeito do objeto a ser executado, indicando suas características, funcionalidades, objetivos e capacidades. As representações do objeto a ser executado, tem o intuito de estabelecer com precisão a forma, as dimensões e todos os elementos construtivos do empreendimento.

7.8.2. Nos serviços de engenharia a serem realizados, o projeto básico e o memorial descritivo aprovado pela VISA-Reginal, direcionam a elaboração dos projetos executivos complementares bem como a execução dos mesmos, indicando as demolições e ampliações e os cortes transversais e longitudinais contendo a indicação dos níveis de piso e demais acessórios que compõem a obra.

7.8.3. Para a elaboração do projeto básico e memorial descritivo, foi utilizado um imóvel localizado no Município de Bonfinópolis de Minas-MG, que se trata de uma edificação já existente que será reformada, ampliada e adequada conforme projeto arquitetônico básico. A UBS tipo I oferecerá serviços de consultas médicas, injeções, curativos, vacinas, tratamento odontológico, encaminhamentos para especialidades, fornecimento de medicação básica, ações de promoção, prevenção e tratamento relacionadas a saúde da mulher, da criança, saúde mental, planejamento familiar, prevenção a câncer, pré-natal e cuidado de doenças crônicas como diabetes e hipertensão. O projeto foi elaborado baseando-se principalmente na Resolução – RDC 50, de 21 de fevereiro de 2002 e Resolução SES MG 3.962/2013, bem como a NBR 9050/2015.

8. IDENTIFICAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇOS A EXECUTAR E DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS A INCORPORAR À OBRA (ART. 6º, INCISO XXV, ALÍNEA "C", DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)



- 8.1. Os materiais a serem utilizados deverão ser novos, de boa qualidade e obedecer a estas especificações, às normas da ABNT, no que couber, e às exigências das concessionárias locais.
- 8.2. Os materiais colocados na obra estarão sujeitos, em qualquer momento, à aprovação da fiscalização, independentemente de sua aplicação.
- 8.3. Deverão ser removidos do local caso não sejam aprovados.
- 8.4. Serão executados, conforme projeto, planilha e cronograma, seguindo o padrão de segurança.
- 8.5. Para a perfeita execução da obra ou do serviço de engenharia, a contratada deverá disponibilizar os seguintes serviços, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas na tabela abaixo, bem como das suas especificações e quantidades, promovendo sua substituição quando necessário.
- 8.6. Os valores dos materiais deverão estar inclusos na planilha de custos e na formação de preços apresentada pela contratada.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Sustentabilidade

- 9.1.1. A contratação deverá observar as normas de ambientais vigentes.
- 9.1.2. A contratação deverá considerar a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas.
- 9.1.3. A contratação deverá considerar a utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais.

9.2. Garantia da contratação

- 9.2.1. Garantia de Contrato: será exigida do licitante vencedor, visando boa execução contratual, a apresentação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, em uma das modalidades previstas no artigo 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021, que será liberada de acordo com as condições previstas no edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- 9.2.2. Fica a contratada obrigada a apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda, com cópia ao Setor de Licitação e Contratos, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, comprovante de prestação de garantia correspondente, com validade para todo o período contratual.
- 9.2.3. As modalidades de garantias previstas, são:
- caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural;
 - seguro-garantia;
 - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.
- 9.2.4. No caso de renovação da contratação, a contratada deverá renovar a garantia.
- 9.2.5. Havendo aditivos de valor e/ou prazos, reajustes, atualizações, revisões ou repactuações, a contratada reforçará a garantia, conforme o caso.



9.2.6. O prazo de vigência da garantia será igual ao de vigência da contratação, acrescido de 90 (noventa) dias.

9.2.7. A garantia somente poderá ser levantada após o recebimento definitivo do objeto pela equipe de gestão e de fiscalização.

9.2.8. A não observância do prazo fixado para apresentação da garantia estabelecida neste item acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da contratação por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

9.2.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias úteis para apresentação da garantia poderá acarretar a rescisão unilateral da contratação, sem prejuízo da multa prevista no subitem anterior.

9.3. *Vistoria*

9.3.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

9.3.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

9.3.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

9.3.4. O dia e horário da vistoria deverá ser agendado com a Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Argemiro Barbosa da Silva, nº 870, Bonfinópolis de Minas/MG, CEP: 38.650-000, para proceder Vistoria Técnica Facultativa até 01 (um) dia anterior à data de abertura, de acordo com prévio agendamento junto ao Agente de Contratação, pelo endereço eletrônico licitabonfinopolis@gmail.com, das 08h às 12h.

9.3.5. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.3.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

10.1. *Prazo de execução*

10.1.1. O prazo de execução será de 6 (seis) meses, a contar da data da ordem de serviço, e está contemplado no prazo contratual.

10.1.2. O prazo de execução observará o cronograma físico-financeiro integrante ao Termo de Referência.

10.1.3. O prazo para expedição da ordem de serviço será em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato.



10.1.4. A expedição da ordem de serviço somente se efetivará após a publicação do extrato do contrato resumido no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e a entrega do Termo de Garantia de Cumprimento do Contrato, conforme dispõe o art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.1.5. O prazo de recebimento provisório e definitivo será de até 90 (noventa) dias, e está contido no prazo de vigência do contrato.

10.2. Local e horário da prestação dos serviços

10.2.1. Os serviços serão prestados na Rua Ouro Preto s/nº, Bairro Jardim Cinelândia, Bonfinópolis de Minas

10.3. Materiais a serem disponibilizados

10.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

10.3.2. Todos os materiais necessários à execução dos serviços deverão obedecer às normas, especificações, métodos de ensaio e padronização da contratante, e demais normas pertinentes à ABNT.

10.4. Canteiro

10.4.1. A contratada deverá prever a instalação de canteiro de obras e/ou serviços para a execução do contrato e manter até o final das atividades.

10.4.2. A contratada deverá prever barracão, sanitários, vestiários, depósitos, almoxarifado, áreas de estocagem e todas as demais dependências, no devido dimensionamento e conveniência em relação ao volume da obra e/ou serviços.

10.4.3. Será procedida periódica remoção de todo o entulho e detritos que venham a acumular no terreno, no decorrer da obra.

10.4.4. Todas as instalações do canteiro, inclusive da própria obra, deverão ser conservadas limpas e em perfeito funcionamento, durante todo o prazo contratual de execução dos trabalhos.

10.4.5. A contratada deverá preencher o diário de obras para anotação diária de todos os dados e fatos importantes ocorridos durante a execução da obra, devendo ser assinado diariamente pelo engenheiro residente e pelo fiscal do contrato.

10.5. Mão de Obra

10.5.1. O pessoal de mão de obra deverá se apresentar uniformizado conforme modelo a ser fornecido pelo contratante, e com todos os equipamentos necessários à sua profissão.

10.5.2. As despesas com o fornecimento de alimentação e transporte para mão de obra alocada serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

10.5.3. Deverão ser fornecidos Equipamentos de Proteção Individual - EPI para cada operário, obedecidas às normas de segurança aplicáveis, compatíveis à necessidade de cada tipo de serviço realizado.

10.5.4. Deverão ser fornecidas ferramentas necessárias à realização de cada tipo de serviço para cada operário que irá realizá-lo.



10.6. Sustentabilidade ambiental

10.6.1. Adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, preservando a fauna e a flora existentes no local de execução dos serviços, e mantendo o local de trabalho adequado às exigências de limpeza, higiene e segurança;

10.6.2. Empregar apenas produtos ou subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa que tenham procedência legal;

10.6.3. Responsabilizar-se pela desmobilização das estruturas de apoio que houver instalado para executar os serviços, bem como pela recuperação ou reabilitação das áreas utilizadas que, por sua culpa, tenha gerado impacto ao meio ambiente;

10.6.4. Conferir destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da execução do objeto do contrato, nos termos da Resolução CONAMA no 307/2002, obedecendo, no que couber;

10.6.5. Resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

10.6.6. Resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

10.6.7. Resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

10.6.8. Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

10.6.9. Comprovar que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos (CTR), em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

10.6.10. Assumir, sem ônus para o CONTRATANTE, as multas que vierem a ser aplicadas pelo órgão ambiental federal, estadual ou municipal.

10.7. Segurança do trabalhador

10.7.1. Serão obedecidas todas as recomendações e normas relativas à segurança do trabalho no que se refere aos Equipamentos de Proteção Individual - EPIs.

10.8. Acessibilidade

10.8.1. Integra o presente instrumento, onde couberem, as normas, especificações e métodos brasileiros aprovados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, incluindo-se as normas de acessibilidade determinadas no Decreto Federal nº 5.296, de 2004, aplicando-se a todos os serviços e materiais ora contratados.

11. SUBSÍDIOS PARA MONTAGEM DO PLANO DE LICITAÇÃO E GESTÃO DA OBRA

11.1. Disposições gerais



11.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

11.2. *Preposto*

11.2.1. A contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

11.2.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

11.2.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a contratada designará outro para o exercício da atividade.

11.3. *Gestão e Fiscalização Contratual*

11.3.1. Caberá ao servidor designado como gestor do contrato, ser indicado após a homologação da licitação e antes da assinatura do contrato, o acompanhamento da execução da contratação, inclusive suas prorrogações e aditamentos, quando for o caso, objetivando a verificação e controle de valores e quantitativos, cumprimento de metas e dos prazos legais e convencionais, bem como de outros elementos necessários à boa execução da contratação, nos termos do Decreto Municipal nº 1.253 de 2023.

11.3.2. Caberá à ao fiscal do contrato, a ser indicado após a homologação da licitação e antes da assinatura do contrato, a fiscalização da contratação, ficando responsável pelo recebimento, devendo acompanhar e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de falhas e/ou defeitos observados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, nos termos do Decreto Municipal nº 1.253 de 2023.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. *Medições*

12.1.1. As medições serão realizadas em conformidade com a apropriação dos



serviços, obedecendo aos quantitativos das obras e serviços realmente executados pela contratada.

12.1.2. A cada alteração contratual necessária, por acréscimo ou supressões do objeto, observados os limites legais, bem como prazos, será acordado novo cronograma, atendido o interesse do Município de Bonfinópolis de Minas.

12.1.3. As medições serão feitas independentemente de solicitação da contratada.

12.1.3.1. A primeira será realizada após 10% da execução concluída de acordo com o físico-financeiro, e as subsequentes, a cada 10% de execução concluída até totalizar 100% de execução da obra. O boletim de medição deverá ser acompanhado de memória de cálculo de quantidades e relatório fotográfico, com indicação dos locais de aplicação dos serviços medidos, nos termos do art. 92, §5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.1.4. As medições deverão conter somente os materiais efetivamente empregados, vedado considerar materiais estocados no local para utilização futura.

12.1.5. A contratada terá que disponibilizar juntamente com os projetos executivos, as memórias de cálculo de dimensionamento a eles relativos.

12.1.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

12.2. Do Recebimento

12.2.1. Executado o objeto do contrato, a sua atestação se fará por aceite pelos responsáveis pela fiscalização, em cada fatura.

12.2.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

12.2.3. Executado o serviço, e estando o mesmo em condições de ser recebido, a contratada deverá comunicar à fiscalização, por escrito e dentro do prazo de 10 (dez) dias, a fim de que seja realizada vistoria para fins de recebimento provisório.

12.2.4. Constatada a condição de conclusão do objeto por meio da vistoria, em até 15 (quinze) dias, contados a partir do término do serviço, a fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Provisório (art. 140, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133, de 2021), o qual deverá ser circunstanciado e assinado por ambas as partes.

12.2.5. Caso a fiscalização, durante a vistoria para o recebimento provisório, constatar algum defeito ou incorreção no serviço prestado, fará constar, junto ao Termo de Recebimento Provisório, lista de pendências concedendo-se o prazo compatível, de até 30 (trinta) dias, da data da emissão do Termo, para a contratada, às suas expensas, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em partes, o objeto do contrato, com vistas ao atendimento das exigências efetuadas.

12.2.6. Caso, durante a nova vistoria, verificar-se que as pendências apontadas pela fiscalização não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso a partir daquela data, sujeitando-se a contratada às penalidades cabíveis.

12.2.7. No prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, se não houver pendências será observado o funcionamento e/ou produtividade dos equipamentos e/ou instalações e finalizada a vistoria por servidor ou comissão designada pela Administração, com vista à emissão do Termo de



Recebimento Definitivo.

12.2.8. Havendo indicação de novas pendências, será concedido novo prazo, limitado a 15 (quinze) dias, contados da vistoria, a fim de efetuarem-se as correções necessárias.

12.2.9. Sanadas as pendências, será efetuada vistoria final e, verificada a perfeita adequação do serviço, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, em até 10 (dez) dias, da comunicação da contratada.

12.2.10. Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo poderá ser dado prosseguimento ao pagamento do saldo restante devido.

12.2.11. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

12.3. *Liquidação*

12.3.1. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com os quantitativos de obras e serviços realmente executados pela contratada.

12.3.2. Os pagamentos serão efetuados pela Administração em moeda corrente nacional, em 30 (trinta) dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e comprovação de regularidade fiscal junto ao INSS e ao FGTS.

12.3.3. O pagamento somente será liberado após a regular liquidação da despesa, respectivamente, e mediante a apresentação, pela contratada, dos seguintes documentos que deverão estar dentro dos respectivos prazos de validade, quando for o caso:

12.3.3.1. Respektivas medições, faturas e notas fiscais;

12.3.3.2. Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, para com o INSS (CND), na forma exigida pela Constituição Federal em seu artigo 195 § 3º;

12.3.3.3. Certificado de regularidade do FGTS (CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;

12.3.3.4. Relação de funcionários que estejam trabalhando em prol da contratada;

12.3.3.5. Comprovante de pagamentos dos funcionários da relação do item anterior;

12.3.3.6. Comprovante de pagamento do INSS (GPS) dos funcionários, referente ao mês anterior trabalhado;

12.3.3.7. Comprovante de pagamento do FGTS (GFIP) dos funcionários, referente ao mês anterior trabalhado;

12.3.3.8. Cópia do recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida pelo CREA e/ou CAU (apresentado nas medições, ou quando houver alteração do profissional responsável).

12.3.4. A contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no art. 137, §2º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



12.3.5. Nos casos de atraso no pagamento por culpa da contratante, o valor devido será acrescido de taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do adimplemento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

12.3.5.1. No caso de antecipação do pagamento, o valor devido sofrerá desconto à taxa de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die* entre a data do efetivo pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do adimplemento da obrigação.

12.3.6. O contratante estará eximido de cumprir os itens relativos às compensações financeiras nos casos em que a contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Critérios de aceitabilidade de preços

13.1.1. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

13.2.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade, nos termos do art. 59, §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.3.1. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será:

a) valor global: conforme valor estimado da licitação.

b) custos unitários: custos unitários não superiores aos orçados pela Administração. Após o julgamento, o licitante vencedor deverá reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, devidamente truncada em duas casas decimais.

13.2. Exigências de habilitação

- Quanto às condições de habilitação, o licitante deverá demonstrar habilitação:
- Registro Comercial, no caso de empresa individual, devidamente registrada na Junta Comercial competente, ou;
- Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



- O objeto social descrito no ato constitutivo deverá possuir ramo de atividade compatível ao objeto deste edital.
- Prova de inscrição no CNPJ;
- Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Federal, Dívida Ativa da União e INSS;
- Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;
- Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante.
- Comprovação de Registro junto ao CREA através da Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, bem como a Certidão de Registro e Quitação do (s) seu (s) responsável (eis) Técnico (s) pertencente ao quadro da empresa com formação em Engenharia Civil;
- 18.2.2.1 Capacidade técnico-profissional, comprovada por meio da apresentação de Certidões de Acervo Técnico – CAT emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo -CAU, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica -ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT; e
- 18.2.2.2 Registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região a que estiverem vinculados. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico serem registrados ou inscritos no CREA de outro estado, deverão ser providenciados os respectivos vistos do órgão regional de Minas Gerais por ocasião da assinatura do contrato; e
- 18.2.2.3 Apresentação de CAT – Certidão de Acervo Técnico fornecido pelo CREA /CAU, em nome da empresa licitante, relativa à execução dos serviços similares ao objeto licitado, que comprovem a prévia execução de obras de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, especificando necessariamente o tipo de obra, as indicações da área em metros quadrados, os serviços realizados e o prazo de execução.
- Comprovação de capacidade técnica-operacional, através da apresentação em 1(um) atestado de responsabilidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA/CAU, acompanhado da Certidão de Acervo Operacional – CAO, ou Certidão De Acervo Técnico-CAT comprovando que a empresa



licitante executou obra com área de no mínimo 50% (cinquenta por cento) ao do objeto desta licitação (158,60m²) e que nesta executou os seguintes itens:

1. Execução de Concreto Estrutural FCK mínimo de 25MPa;
2. Execução de Laje pré-moldada, a revestir com capeamento de concreto e seu respectivo cimbramento;
3. Execução de Alvenaria com tijolo cerâmico furado;
4. Execução de Piso com revestimento em porcelanato ou cerâmica retificada;
5. Execução de gradeamento metálico com utilização de telhas galvanizadas;
6. Execução de Emassamento de paredes e pintura acrílica.

14. DESCRIÇÃO DOS ITENS E QUANTIDADES ESTIMADAS

14.1. A descrição dos itens e definição dos quantitativos estimados encontram-se explicitadas no memorial descritivo e na memória de cálculo, anexos deste instrumento.

15. ORÇAMENTO DETALHADO DO CUSTO GLOBAL DA OBRA (ART. 6º, INCISO XXV, ALÍNEA “F”, DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021)

15.1. O valor aproximado é de **R\$550.220,16 (quinhentos e cinquenta e cinco mil duzentos e vinte reais e dezesseis centavos)**, conforme tabela SEINFRA-MG.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos consignados na seguinte dotação orçamentária:

02.05.01.10.302.1001.1018 – 4.4.90.51.00 Ficha 336.

17. SUBCONTRATAÇÃO

17.1.1. Será permitida a subcontratação de 40% (quarenta por cento) do valor total da contratação, sendo vedada a subcontratação dos itens referentes à administração da obra.

17.1.2. É vedada a subcontratação do autor do projeto básico (ou anteprojeto), Termo de Referência, bem como das demais empresas que tenham participado da licitação, inclusive das microempresas e EPPs;

17.1.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

19.1.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.



17.1.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

18.1.1. sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

18.1.2. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

18.1.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

18.2. A alteração subjetiva a que se refere o item 18.1 deverá ser formalizada pôr termo aditivo ao contrato.

19. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

19.1. *São obrigações do Contratante:*

19.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa contratada, de acordo com o Edital, o contrato e seus anexos;

19.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e no edital;

19.1.3. Notificar a empresa contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

19.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela empresa contratada;

19.1.5. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Edital, no contrato e nos seus anexos;

19.1.6. Aplicar ao contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato;

19.1.7. Cientificar, por meio do gestor do contrato, o órgão de assessoramento jurídico do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

19.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

19.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 15



(quinze) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período;

19.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

19.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

19.2. São obrigações da contratada, além de outras exigências definidas no contrato:

19.2.1. Fornecer e entregar o item licitado em conformidade com a solicitação e a necessidade da municipalidade, no local e quantidade constante na requisição escrita do Administração;

19.2.2. Realizar a entrega da obra, arcar com mão de obra, maquinário, ferramentas e insumos necessários para a execução do objeto ofertado;

19.2.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

19.2.4. Observar com rigor a pontualidade e assiduidade no fornecimento do objeto deste Termo de Referência, ficando sujeito à multa em caso de descumprimento;

19.2.5. Arcar com todas as despesas decorrentes desta contratação (fornecimento), incluindo as despesas tributárias e trabalhistas dos empregados que contratar para execução do contrato;

19.2.6. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação;

19.2.7. Aceitar, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento), observando a obrigação estipulada no art. 128 de não haver redução na diferença percentual (desconto) entre o valor global do contrato e o preço global de referência em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária, conforme detalhado nos elementos instrutores da licitação;

19.2.8. Atender prontamente às reclamações da contratante, substituindo, refazendo e corrigindo, quando for o caso e às suas expensas, os itens que não atenderem às especificações e normas técnicas exigidas e a qualidade estabelecida;

19.2.10. Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, por si e/ou seus prepostos;

19.2.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato, sem prévia e expressa anuência da contratante.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

20.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente



devidamente justificado;

20.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

20.1.5. Fraudar a licitação;

20.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na licitação;

20.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

20.2. O contratado, por sua vez, será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

20.2.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

20.2.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.2.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

20.2.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

20.2.5. Prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

20.2.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.2.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução do contrato;

20.2.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

22.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste Edital as seguintes sanções:

20.3.1. Advertência;

20.3.2. Multa;

20.3.3. Impedimento de licitar e contratar;

20.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.4. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no Item “20.2.1”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.5. A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas nos Itens “20.1” e “20.2”, de acordo com os seguintes percentuais:

20.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, por ocorrência;

20.5.2. 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30



(trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

20.5.3. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de a contratada, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a autoridade competente, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

20.6. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo contratante. Se os valores dos pagamentos devidos não forem suficientes, a diferença será recolhida pela contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

20.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar com o Município de Bonfinópolis de Minas será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do Item “20.1” e nas alíneas “b”, “c” e “d”, do Item “20.2”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Bonfinópolis de Minas pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Município de Bonfinópolis de Minas será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “d”, “e”, “f”, “g” e “h”, do item “20.1”, e nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do item “20.2”, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do item “20.1”, e nas alíneas “b”, “c” e “d”, do item “20.2”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item “20.4”, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.9. A sanção estabelecida no item “20.4” será precedida de análise jurídica e, quando aplicada por órgão ou entidade do Poder Executivo Municipal, será de competência exclusiva da autoridade máxima do respectivo órgão ou entidade;

20.10. As sanções previstas nos itens “20.3.2”, “20.3.4” e “20.3.5” poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no Item “20.3.3” desta cláusula.

20.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.12. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.13. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

20.14. A aplicação das sanções previstas nos Itens “20.3.4” e “20.3.5” requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda



produzir.

20.15. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

20.16. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

20.17. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

20.17.1. Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o item "20.14";

20.17.2. Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei Federal nº 12.846, de 2013;

20.17.3. Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

20.18. Os atos previstos como infrações administrativas neste Edital, em lei federal ou em decretos, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente.

20.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital, na lei federal ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.20. Os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

20.21. Para fins de aplicação das sanções previstas nos Itens "20.3.2", "20.3.3", "20.3.4" e "20.3.5", o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

20.22. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma abaixo:

20.22.1. Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

20.22.2. Punitiva de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

20.23. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta na



multa punitiva prevista neste Item e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

20.24. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

20.24.1. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

20.24.2. Pagamento da multa;

20.24.3. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

20.24.4. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

20.24.5. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste Item.

20.25. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “d” e “h” do Item “22.1” deste Edital, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

21. DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

21.1. Em casos de reequilíbrio econômico-financeiro contratual, a contratada deverá providenciar requerimento formal devidamente justificado, que será posteriormente analisado pelos setores competentes, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

21.2. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

21.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

22. REAJUSTE

22.1. Os preços que vierem a ser contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 01 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado, podendo ser reajustados a partir desta data e, assim, a cada período de um ano contado do último período anterior ao novo ciclo, conforme requerimento protocolado pela contratada e, verificado a hipótese legal que autorize o reajustamento, obedecendo à variação dos índices globais setoriais constantes da planilha orçamentária.

22.2. A data base inicial utilizada para fins de reajuste, em sentido estrito, será a mais atualizada indicada pela Administração na licitação.

22.3. Os efeitos financeiros do reajuste ocorrerão somente em relação aos itens que o motivaram e aos saldos de quantitativos porventura existentes.

22.4. A contratada não terá direito ao reajuste a que alude o subitem anterior, para a etapa do serviço que sofrer atraso em consequência da ação ou omissão motivada pela própria contratada, e também da que for executada fora do prazo sem que tenha sido autorizada a respectiva prorrogação.



22.5. No caso de reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano deve considerar a data do último reajuste concedido.

22.6. Os reajustes a que a contratada fizer jus e não forem solicitados durante a vigência do contrato e até a data de aniversário do orçamento estimado ou até a data do último reajuste concedido, conforme o caso, bem como após a celebração do termo aditivo ou do encerramento do contrato, serão objeto de preclusão.

23. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

23.1. Este Termo de Referência é parte integrante e complementar às cláusulas e condições previstas no edital de licitação, vinculando os agentes públicos e licitantes que participarem do certame e das contratações para todos os fins.

23.2. A execução das obras e serviços obedecerá rigorosamente às informações constantes neste instrumento do qual fazem parte integrante seus anexos, vedada qualquer modificação sem o consentimento formal da comissão de fiscalização.

23.3. O Termo de Referência, o memorial descritivo e orçamento são elementos que se complementam, devendo as eventuais discordâncias ser resolvidas junto a fiscalização com a mais adequada ordem de prevalência.

23.4. Nestas diretrizes, fica esclarecido que só será permitido o uso de materiais ou equipamentos similares aos especificados, se rigorosamente equivalentes, isto é, se desempenharem idênticas funções construtivas e apresentarem as mesmas características formais e técnicas, e mediante autorização da fiscalização.

23.4. Reserva-se à comissão de fiscalização o direito de impugnar o andamento das obras e/ou continuação dos serviços, assim como a aplicação de materiais ou equipamentos quando não satisfatórios ao registrado neste instrumento, obrigando-se a contratada a demolir e/ou desfazer por sua conta o que for impugnado, refazendo tudo de acordo com as especificações e diretrizes acordadas.

23.5. A contratada deverá conservar na obra e/ou local de execução dos serviços, uma cópia deste instrumento e seus anexos, sempre à disposição da fiscalização.

23.6. De modo algum a atuação da fiscalização, eximirá ou atenuará a responsabilidade da contratada pelos defeitos de ordem construtiva que elas vierem a apresentar.

23.6.1. Só à Contratada caberá a responsabilidade pela perfeição das obras em todos os seus detalhes.

23.7. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

23.8. As alterações contratuais não poderão transfigurar o objeto da contratação.

23.9. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo entre a contratada e a fiscalização.

23.10. Profissionais responsáveis pelo Termo de Referência:

Bonfinópolis de Minas, 10 de novembro de 2025.



PREFEITURA DE
BONFINÓPOLIS
DE MINAS
ADMINISTRAÇÃO | 2025/2028

NOSSO POVO
EM PRIMEIRO
LUGAR

VINÍCIUS ANDRADE SANTOS
ENGENHEIRO CIVIL
CREA230.293/D - MG

NILVÉSIA APARECIDA LUIZ BRANDÃO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE